

Unregistered version, please register. www.word-pdf-convert.com

Construção da Rede Nacional de Cidades Saudáveis

I ENCONTRO LATINOAMERICANO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Natal, 29 de maio de 2009.

Rogério FENNER
SVS/DSAST
Ministério da Saúde

I Encontro Nacional de Redes de Cidades Saudáveis – I ENRCS

- Nos dias 12 e 13 de outubro de 2008 ocorreu em Guarulhos/SP a Reunião de Avaliação Intermediária do Projeto “Urban Heart”, na qual a Secretaria Municipal da Saúde de Guarulhos/SP, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde/Representação Brasil e o Kobe Centre/WHO ratificaram o compromisso de realizar no Brasil, no início de 2009, o Workshop Internacional de Avaliação Final do Projeto “Urban Heart”.
- O Ministério da Saúde, com o intuito de aproveitar a experiência desenvolvida no âmbito do Projeto “Urban Heart” e, ao mesmo tempo, potencializar as diferentes iniciativas existentes no país decidiu promover o I ENRCS nos dois dias consecutivos ao evento.
- Nesse I Encontro, os representantes de iniciativas brasileiras de Comunidades/Municípios/Cidades/Metrópoles Saudáveis e Saúde Urbana foram convidados a realizar uma pequena apresentação de seus trabalhos e discutiram a construção da Rede Nacional de Cidades Saudáveis (função, necessidades, organização dentre outros aspectos) e a ampliação de iniciativas neste âmbito no país.

Objetivos do I ENRCS

- O objetivo principal do I ENRCS foi o estabelecimento de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis, reunindo as várias iniciativas relacionadas a Comunidades/ Municípios/ Cidades/ Metrôpoles Saudáveis e Saúde Urbana a fim de promover um movimento intersetorial com o foco no incremento do desenvolvimento e da troca de tecnologias e/ou estratégias de gestão que facilitem alcançar a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.
- O 1º Encontro de Redes de Cidades Saudáveis teve também por objetivo promover e ampliar as iniciativas nacionais e incentivar o intercâmbio de experiências entre as iniciativas brasileiras bem como a implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde, em especial no seu eixo prioritário “Desenvolvimento Sustentável”.

Proposta de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis

- Recentemente, no I Encontro Nacional de Redes de Cidades Saudáveis (I ENRCS) realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2009, o Ministério da Saúde apresentou uma proposta de Termo de Referência (TR) para o estabelecimento de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis.
- Durante o IENRCS, foi reconhecida a necessidade do estabelecimento de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis (RNCS) e ficou acordado que um Comitê Assessor Provisório cujos membros seriam nominados pelo Ministério da Saúde (MS) seria criado com o objetivo de desenvolver um documento detalhado de uma Proposta de Estrutura e Funcionamento da Rede Nacional de Cidades Saudáveis (RNCS).
- Foi acordado também que esse documento deverá ser baseado no Termo de Referência apresentado pelo Ministério da Saúde durante o I ENRCS e deverá ser apresentado num prazo de três meses aos demais representantes das instituições que participaram do I ENRCS para aprovação e deliberação da próxima etapa do estabelecimento da Rede Nacional de Cidades Saudáveis.

Antecedentes da Proposta

Unregistered version, please register www.word-to-pdf-converter.com

- Promoção da Saúde está presente em praticamente todos os capítulos da **Agenda 21 Global da CNUMAD, especialmente no Capítulo 6**, onde é discutida a proteção e a promoção da saúde humana (Fundação Oswaldo Cruz, 1996);
- No caminho de implementação das deliberações da Rio 92, e da COPASAD (OPAS) o MS vêm desenvolvendo uma agenda de Saúde Ambiental na perspectiva de estruturação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais. **(Subsídios para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental)**.
- A Portaria N° 687, de 30 de março de 2006 (Brasil, 2006b), aprovou a **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**, na qual estabelece que a promoção deva ser entendida em um sentido mais amplo, não apenas no combate às doenças e delineamento de políticas para dentro do setor saúde ;
- A Promoção da Saúde deve ser um mecanismo de fortalecimento e implantação de uma política transversal, integrada e intersetorial, **compondo redes de compromisso e co-responsabilidade** quanto à qualidade de vida da população em que todos participem na proteção e no cuidado com a vida (Senado Federal, 1997);
- Em 2007, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elaborou o primeiro relatório com estimativas sobre a incidência de doenças que estão associadas a ambientes não saudáveis e inadequados **(13 milhões de óbitos ocorrem anualmente, no mundo, em decorrência dessas morbidades)**;
- A busca de **soluções integradas e preventivas** aos diferentes problemas acarretados pela urbanização desordenada e seus efeitos sobre as condições de vida nas regiões urbanas tem sido alvo das iniciativas de **“Cidades Saudáveis”** e tem como finalidade **potencializar uma forma mais ampla de gestão** para intervir na saúde de maneira mais eficaz e eficiente.

Contextualização

As cidades sofrem transformações continuamente, da mesma forma que se alteram as relações de indivíduos e comunidades à medida que o cenário urbano se modifica. O crescimento desses agrupamentos urbanos aumenta o poder político e decisório das cidades no contexto regional, nacional e internacional, e as relações entre cidades ganham o espaço dos acordos internacionais.

Nesse cenário, amplia-se a necessidade de aprimorar **metodologias capazes de analisar de forma coordenada e integrada aspectos ambientais, sociais e econômicos**, entre outros, e seus efeitos na saúde humana, levando à melhor compreensão dos processos de produção da saúde nos agrupamentos urbanos. Por outro lado, cresce a premência de que as informações produzidas estejam disponíveis para que a gestão das políticas públicas trabalhe na busca de soluções para a **melhoria da qualidade de vida**.

Face à complexidade dos espaços urbanos, **foi proposto o estabelecimento de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis**, visando à potencialização das estratégias para a **melhoria da qualidade de vida da população nas cidades**.

Definição e Conceitualização

Os termos **Saúde Urbana**, **Municípios/Cidades Saudáveis** são claramente conceitos em construção, que têm como referencial teórico-operacional a urbanização acentuada da população, associada às importantes iniquidades intra-urbanas.

Cidade Saudável está relacionada a polis, local onde as pessoas assumem sua condição de cidadão, e representa ainda a intensa urbanização que o país vive e os novos problemas de saúde que advém do atual estágio de desenvolvimento dos aglomerados humanos, caracterizados na forma de cidades, da vida urbana. (Governo Canadense)

Município Saudável reflete a organização de grande parte dos aglomerados no país, que contém núcleos habitacionais estruturados economicamente na produção rural, localizados em torno de um núcleo principal, de características urbanas mais evidentes. (OPAS)

O que se observa é que ambas as denominações são utilizadas, e isso tem relação com o período histórico de aproximação das cidades ao ideário. Desta forma consideramos as designações **Cidades** e **Municípios Saudáveis** como sinônimos.

Há de se considerar que várias iniciativas ocorridas após o ano de 2000 adotaram a denominação de **Comunidades Saudáveis** por se apoiarem nos princípios e valores do movimento, mas aplicados a territórios específicos da cidade.

Aspectos Determinantes

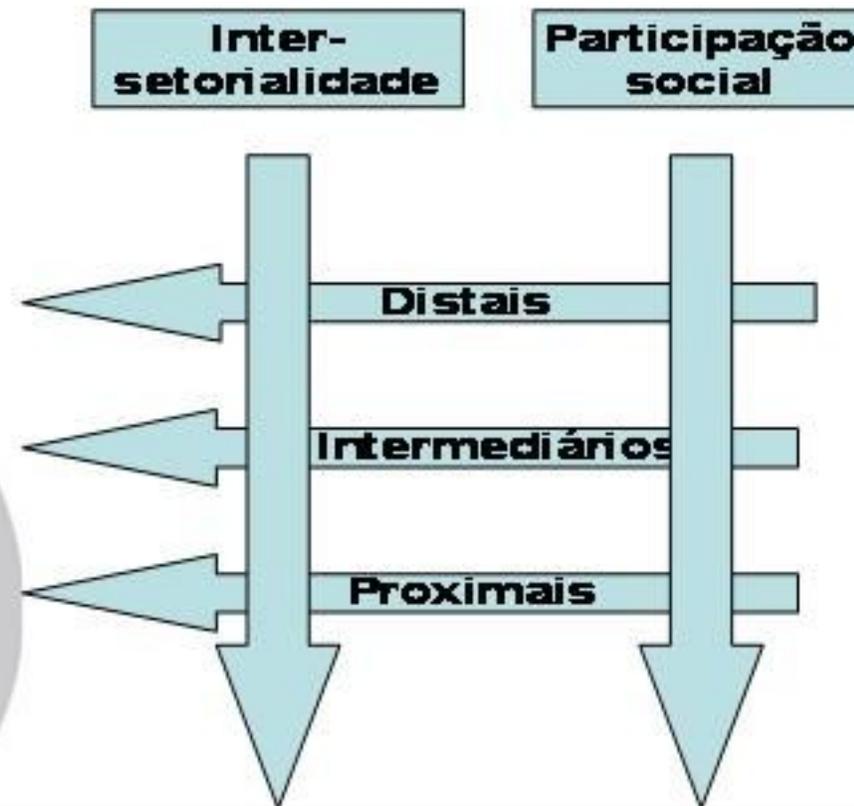
No SUS, Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) promove a identificação dos aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso país, nas regiões urbanas, tais como:

- violência; - desemprego; - subemprego; - falta de saneamento básico; - habitação inadequada e/ou ausente; - dificuldade de acesso à educação; - fome; - qualidade do ar, do solo e da água; - industrialização e urbanização desordenada; - acesso aos bens de serviço; - acesso a assistência social e médica; - explosão demográfica; - formação de populações marginais; - invasões urbanas; etc...

e conseqüentemente aumento da dispersão e introdução de endemias e outros agravos à saúde.

Secretaria de Vigilância em Saúde **SVS** 50 anos

Determinantes da Saúde



(Dahlgren et Whitehead, 1992), Adaptado por Paulo Buss

Intervenções sobre os DSS baseadas em evidências e promotoras da equidade em saúde

Movimento “Cidades Saudáveis no Brasil

Atualmente, o Movimento Cidades Saudáveis conta com uma **dezena de iniciativas** (projetos/programas/redes) de Municípios/Cidades/Metrópoles Saudáveis restritos a alguns estados brasileiros (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Piauí e Amazonas) e umas poucas novas iniciativas no Rio Grande do Norte e em Goiás.

Essas iniciativas têm em comum a **promoção da qualidade da vida urbana** nos Municípios/Cidades/Metrópoles por meio da aplicação de diversas metodologias: algumas mais sociais que ambientais outras mais ambientais que sociais, algumas com uma atuação mais comunitária e outras mais atuantes na gestão, mas que se complementam em suas ações e resultados.

Essas metodologias têm os mesmos objetivos de melhorar a equidade de acesso aos serviços **de infraestrutura, de saneamento, de educação, de saúde e renda** para toda a população, além de outras ações de promoção da qualidade de vida tomadas pela gestão das cidades em função de intervenções indicadas na solução de problemas pelos indicadores associados aos aspectos determinantes ambientais, sócio-econômicos e urbanísticos das áreas urbanas.

No presente momento o Ministério da Saúde **fomenta parcialmente** ou totalmente algumas **iniciativas de Cidades Saudáveis no Brasil** e **apóia todas as iniciativas identificadas** que sejam vinculadas ao Movimento de “Cidades Saudáveis” e que tenham uma **equipe técnica capacitada reconhecida nacionalmente**.

Movimento “Cidades Saudáveis no Brasil

Existem três Redes de Municípios/Cidades Saudáveis no Brasil, que seguem diferentes métodos de abordagem da saúde urbana nos municípios e cidades de pequeno e médio porte, os quais já demonstraram excelentes resultados que estão sendo analisados para a replicabilidade em outras regiões/localidades.

- Rede de Municípios Potencialment Saudáveis – RMPS, (SP, RJ, PR, MG e AM);
- Rede de Comunidades Saudáveis – RCS, (RJ);
- Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis – RPMS, (PE).

Os programas e os projetos em Cidades Saudáveis abaixo listados estão sendo considerados também como modelos de métodos de abordagem da problemática da Saúde Urbana e servem de base às nossas ações estratégicas futuras e ao desenvolvimento das Políticas Públicas.

- Programa Metrôpoles Saudáveis – PMS – São Paulo, SP;
- Capela em Ação – São Paulo, SP;
- Projeto de Ambientes Saudáveis – Curitiba, PR;
- Projeto Saúde Urbana (Urban Heart) – Guarulhos, SP;
- Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis na Cidade de São Paulo;
- Projeto para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe (CE, PE e PI);
- Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte (MG);
- Laboratório Territorial de Manguinhos (RJ);
- Rostos, Vozes e Lugares Fortaleza, Olinda e Terezina (CE, PE e PI) .

Objetivos da Rede Nacional de Cidades Saudáveis

Unregistered version, please register. www.word-pdf-convert.com

- Apoiar as iniciativas dos movimentos “Cidades Saudáveis” existentes no país, que sejam promotoras do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer as instâncias decisórias intersetoriais com a finalidade de formular políticas públicas integradas voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- Reorientar as práticas de saúde de modo a permitir a interação saúde, meio ambiente, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável;
- Estimular a produção de conhecimento e desenvolvimento de capacidades em desenvolvimento sustentável;
- Promover o uso de metodologias de reconhecimento do território, em todas as suas dimensões – demográfica, epidemiológica, administrativa, política, social e cultural, como ferramentas para organização das intervenções de promoção da saúde no espaço urbano;
- Estimular as ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral de promoção da saúde;
- Contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas integradas que visem à melhoria da qualidade de vida no planejamento de espaços urbanos e rurais.

Responsabilidades do Ministério da Saúde

- Fomentar iniciativas do movimento “Cidades Saudáveis”/ Saúde Urbana;
- Facilitar o intercâmbio de experiências e trocas de informações entre os parceiros;
- Apoiar eventos nacionais de discussão da proposta para Estados e Municípios;
- Divulgar e informar as iniciativas voltadas às Cidades Saudáveis/ Saúde Urbana para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando metodologias participativas e o saber popular e tradicional;
- Apoiar o intercâmbio técnico-científico visando o conhecimento e a troca de informações decorrentes das experiências no campo da atenção à saúde, formação, educação permanente e pesquisa com unidades federativas e países onde as ações de Cidades Saudáveis estejam integradas ao serviço público de saúde;
- Divulgar informações e definir mecanismos de incentivo à promoção de ambientes saudáveis com ênfase na redução de riscos;
- Favorecer a articulação entre os setores da saúde, meio ambiente, saneamento e planejamento urbano, entre outros, com a finalidade de prevenir e/ou reduzir os danos provocados à saúde e ao meio ambiente, por meio do manejo adequado das áreas urbanas;
- Identificar e desenvolver parcerias com estados e municípios para a divulgação das experiências exitosas relativas a cidades e ambientes saudáveis.

Unregistered version, please register www.word-pdf-convert.com

Responsabilidades dos Parceiros

- Colaborar na ampliação de estratégias de Cidades Saudáveis no Brasil;
- Apoiar os Estados e Municípios na implementação de projetos e/ou programas de Cidades Saudáveis;
- Aprimorar e/ou desenvolver novos métodos para a aplicação das estratégias do movimento de Cidades Saudáveis;
- Manter a Secretaria Executiva informada sobre as ações e atividades da iniciativa;
- Alimentar continuamente a Rede Virtual Nacional de Cidades Saudáveis;
- Apoiar as iniciativas nacionais coordenadas pelo ministério da saúde.

Rogério Fenner
Técnico Especializado
Diretoria de Saúde Ambiental e Saúde
do Trabalhador

Rogerio.fenner@saude.gov.br

(0055 61) 3213-8446

Conselhos das Cidades, do Meio Ambiente e da

Unregistered version, please register www.word-pdf-convert.com

Saúde

Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e da

Saúde

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL

Lema e tema da 1ª. CNSA

Lema:

Saúde e Ambiente: *vamos cuidar da gente!*

Tema:

**A Saúde Ambiental na cidade, no campo e na floresta:
*Construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis***

1a. Conferência Nacional de Saúde Ambiental

- realizada por:
Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e da Saúde
- coordenada por:
Comissão Organizadora Nacional

ETAPAS PREPARATÓRIAS E DATAS da 1a CNSA

- Conferências Municipais e Intermunicipais –
até 15 de agosto de 2009
- Conferências Estaduais e do Distrito Federal –
até 15 de outubro de 2009
- Conferência Nacional –
até 20 de dezembro de 2009, em Brasília

Decreto Presidencial

Objetivos da 1ª. CNSA

Geral

Definir diretrizes para a política pública integrada no campo da saúde ambiental, a partir da atuação transversal e intersetorial dos vários atores envolvidos com o tema.

Objetivos da 1ª. CNSA

Específicos

- ❑ Promover e ampliar a consciência sanitária, política e ambiental da população sobre os determinantes socioambientais num conceito ampliado de saúde;
- ❑ Promover o debate social sobre as relações de saúde, ambiente e desenvolvimento, no sentido de ampliar a participação da sociedade civil na construção de propostas e conhecimentos que garantam a qualidade de vida e saúde das populações em seus territórios;
- ❑ Identificar na sociedade civil as experiências positivas que estão sendo feitas territorialmente e em contexto participativo os problemas referentes ao binômio saúde-ambiente e as demandas da sociedade para o poder público;
- ❑ Fortalecer iniciativas que promovam o exercício da cidadania e a garantia do direito à saúde junto ao poder público no sentido de dotar o aparelho do Estado de instrumentos e instituições sustentáveis (sistemas integrados) relacionados à saúde ambiental.

1. EIXOS

- 1) DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL NO CAMPO, NA CIDADE E NA FLORESTA;**
- 2) TRABALHO, AMBIENTE E SAÚDE: *DESAFIOS DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO NOS TERRITÓRIOS;***
- 3) DEMOCRACIA, SAÚDE, AMBIENTE E EDUCAÇÃO: POLITICAS PARA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS**

Participação e Representatividade

- **Movimentos Sociais da cidade, campo e florestas (30%);**
- **Trabalhadores formais e informais (associações, sindicatos, federações e confederações de trabalhadores) (14%);**
- **Setor Empresarial (sindicatos, federações e confederações empresariais) (9%);**

- **Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (8%);**
- **Organizações Não Governamentais (9%);**
- **Poder Público Federal (6%), Estadual (9%) e Municipal (15%), sendo que os representantes do Poder Público Federal serão indicados pelo Executivo e Congresso Nacional;**
- **A Conferência Nacional de Saúde Ambiental será composta por 1.200 integrantes entre delegados(as), convidados e observadores (nacionais e internacionais).**

Unregistered version, please register. www.word-pdf-convert.com

Posição	Estado	Total	Mov. Sociais 30%	Trab. 14%	Emp. 9%	ONG 9%	Acad. 8%	PPF 6%	PPF 6%	PPE 9%	PPM 15%
1	São Paulo	66	21	10	6	6	6	4	-	6	11
2	Minas Gerais	56	18	8	5	5	5	4	-	5	9
3	Rio de Janeiro	56	18	8	5	5	5	4	-	5	9
4	Bahia	47	15	7	5	5	4	3	-	5	8
5	Rio Grande do Sul	47	15	7	5	5	4	3	-	5	8
6	Paraná	47	15	7	5	5	4	3	-	5	8
7	Pernambuco	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
8	Ceará	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
9	Pará	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
10	Maranhão	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
11	Santa Catarina	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
12	Goiás	38	12	6	4	4	3	2	-	4	6
13	Paraíba	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
14	Espírito Santo	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
15	Amazonas	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
16	Alagoas	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
17	Piauí	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
18	Rio Grande do Norte	26	8	4	3	3	2	2	-	3	4
19	Mato Grosso	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
20	Distrito Federal	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
21	Mato Grosso do Sul	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
22	Sergipe	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
23	Rondônia	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
24	Tocantins	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
25	Acre	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
26	Amapá	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
27	Roraima	23	7	3	2	2	2	1	-	2	4
Total	Delegados eleitos nas Conf. Est.	906	289	135	87	87	77	58	-	87	145

Guilherme Franco Neto

Diretor

**Diretoria de Saúde Ambiental e Saúde
do Trabalhador**

Rogerio.fenner@saude.gov.br

(0055 61) 3213-8446